

LEI Nº 055/2002 ALVORADA DO GURUÉIA – PI 16 DE AGOSTO DE 2002

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2003 E dá outras providencias.

LUIZ RIBEIRO MARTINS, PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORALDA DO GURGUÉIA, Estado do Piauí.

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º - São estabelecidas, para a elaboração do Orçamento do Município de Alvorada do Gurguéia, relativo ao exercício financeiro de 2003, as diretrizes gerais de que trata esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição em art. 165, § 2º, na Constituição Estadual do que Couber, na Lei Federal 4.320, de 17/03/1964 e a Lei complementar nº 101, de 04/05/00, compreendendo:

- I- As prioridades e metas da administração pública do Município de Alvorada do Gurguéia;
- II- A diretrizes para elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- III- As diretrizes para elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV- As disposições reativas a dívida pública Municipal;
- V- As disposições relativas às despesas do Município com pessoas e encargos social;
- VI- Disposições gerais.

CAPITULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º - Em consonância com o Art. 165 §2º, da Constituição Federal, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2003, são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades, que integra esta Lei as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentarias de 2003, não se constituído, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º - Na Elaboração da proposta orçamentária para 2003, o Poder Executivo podera aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei a fim de com

compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 2º - O anexo de prioridades e metas conterá, no que couber, o disposto no § 2º do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPITULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 3º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – Programa, o instrumento de organização de ação governamental visado à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

II – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção de ação de governo;

III – Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades e projetos, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade e projeto identificará a função, sub-função e programa às quais se vinculam.

§ 3º - As categorias de programação de que trata esta lei serão identificadas no projeto de Lei Orçamentária de conformidade com a portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão, que atualiza a discriminação da despesa por funções de que trata o inciso I, do § 1º do artigo 2º e §2º do artigo 8º, ambos da lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, por função, sub-função, programa, projeto, atividades, na forma dos seguintes Adendos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Adendo II, da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Adendo III, da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

III – Resumo Geral da Despesa (Adendo IV, da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IV – Programa de Trabalho (Adendo V, da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

- V – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo de funções, sub-funções e por Projetos e Atividades (Adendo VI, da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);
- VI – Demonstrativo da Despesa por Funções e Sub-Funções conforme o vínculo com os recursos (Adendo VII, da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);
- VII – Demonstrativo da Despesa por Órgão e funções (Adendo VIII, da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);
- VIII – Demonstrativo da Despesa por elemento e/ou sob-elemento, segundo cada unidade orçamentária (Adendo IV, da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);
- IX – Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;
- X – Demonstrativo da Evolução da Receita realizada por fontes dos últimos três exercícios, da estimada para o exercício corrente e da projeção para dois exercícios seguintes, conforme disposto no Art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- XI – Demonstrativo da evolução da Despesa realizada por elementos e/ou sub elemento dos dois últimos exercícios, da fixada para o exercício corrente e pra os dois seguintes:

§ 1º - Os fundos municipais integrarão o orçamento geral do município, apresentando em destaques receitas e despesas a eles vinculadas.

XII – Demonstrativo do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º - Orçamento discriminação a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos e detalhamentos econômicos e por elemento de despesa.

Art. 5º - O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Executivo e dos Fundos.

Art. 6º - A lei orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas ao pagamento de precatório judiciais, que constarão das unidades responsáveis pelos débitos.

Art. 7º - O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo Municipal encaminhará ao Poder legislativo Municipal e a respectiva lei será constituída de:

- I – texto de lei;
- II – quadros orçamentários consolidados;
- III – anexo do orçamento, discriminando a despesa e a receita na forma definida nesta lei;
- IV – Discriminação da legislação da receita e da despesa.

§1º - Os quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22 inciso III, da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, são os seguintes:

- a) A receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores aqueles em que se elaborou a proposta;
- b) A receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta;
- c) A receita prevista para o exercício a que se refere a proposta;
- d) A despesa realizada no exercício imediatamente anterior.
- e) A despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta; e
- f) A despesa prevista para o exercício a que se refere a proposta;

§2º - A mensagem que encaminhar o projeto de Lei orçamentária conterá:

I – Análise da conjuntura econômica do município;

II – Demonstração explicitando receitas e despesas, bem como os resultados primário e operacional implícitos no projetos de Lei orçamentária, para 2003 os estimados para 2002 e os observados em 2001.

III – Quando demonstrativo da evolução da receita dos exercícios de 1999, 2000 e 2001, previsão para 2002, 2003, 2004 e 2005, com justificativa da estimada para 2003, acompanhado de metodologia e memória de cálculo;

IV – Quadro demonstrativo da evolução da despesa a nível de função de elemento e/ou sub-elemento, dos exercícios de 1999, 2000 e 2001, fixada para 2002 e 2003 projetada para 2004 e 2005, com justificativa para os valores fixados para 2003;

V – Quadro demonstrativo da dívida fundada por contrato com identificação do credor, saldo em 31/12/01, desembolso do principal e acessórios nos exercícios de 2002, 2003, 2004 e 2005.

VI – Quadro demonstrativo da dívida flutuante, com identificação das contas e saldos no último dia do mês imediatamente anterior ao da remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal;

VII – Quadro demonstrativo da composição do Ativo Financeiro no último dia do mês imediatamente anterior a remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal

VIII – Justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício de 2003.

IX – Quadro demonstrativo da Receitas Correntes Líquidas de 2000, 2001, 2002 e 2003, despesas com pessoal por Poder para o mesmo período e percentual de comprometimento;

X – Quadro demonstrativo das despesas com serviços de terceiros em 2000, 2001, 2002 e 2003 e seu percentual de comprometimento;

XI – Quadro Demonstrativo dos contratos de terceirização de mão-de-obra referente a substituição de servidores sujeitos a contabilização em outras despesas com pessoal, conforme definição nesta lei;

XII – Quadro demonstrativo da despesa por unidade orçamentária e sua evolução nos exercícios de 2000, 2001, 2002 e 2003.

XIII – Quadro demonstrativo dos recursos vinculados a manutenção e desenvolvimeto do ensino e programação de aplicação;

XIV – Quadro demonstrativo dos recursos destinados a saude e a programação de aplicação;

XV – Demonstrativo da compatibilização da programação dos recursos com a LDO.

XVI – Demonstrativos das medidas de compensação de renuncia de receita e ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

XVII – Demonstrativo da aplicação das receitas de alienação e de operações de créditos, se for o caso.

Art. 8º - Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

CAPITULO III

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO O ORÇAMENTO DO MUNICIPIO E SUAS ALTERAÇÕES

SEÇÃO I

DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 9º - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei orçamentária de 2003 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência de gestão fiscal e o equilibrio das contas públicas, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo da comunidade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 10 – O Poder Legislativo Municipal tterá como limites das despesas correntes e de capital o conjunto das dotações fixadas na Lei orçamentária de 2002.

Art. 11 – Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a proporcionar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 12 – O projeto de lei orçamentária poderá incluir programação constante de propostas de alteração de Plano Plurianual 2001-2005, que tenham sido objeto de projetos de lei específicos.

Art. 13 – A proposta orçamentária anual atenderá às diretrizes gerais e aos princípios de unidade, universalidade e anualidade, não podendo o montante das despesas fixadas exceder a previsão da receita para o exercício.

Art. 14 – As receitas e as despesas serão estimadas tomando por base o índice de inflação apurado nos últimos doze meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês, tendo em vista principalmente os reflexos dos planos de estabilização econômica editadas pelo Governo Federal.

§1º - Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as modificações da legislação tributária, incumbida à administração o seguinte:

I – a atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

II – a edição de uma planta genética de valores de forma a minimiza a diferença entre as alíquotas nominais e as efetivas;

III – a expansão do numero de contribuintes;

IV – a atualização do cadastro imobiliário fiscal;

§2º - As taxas de política, administrativas e de serviços públicos deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§3º - Os tributos, cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas, serão corrigidos monetariamente segundo a variação esabeleidad pela unidade fiscal do município.

§4º - nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária, e recursos previstos na programação de desembolso, e a inscrição de restos a pagar estará limitada ao montante dos saldos financeiros.

Art. 15 – Se a receita estimada para 2003, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo a sua alteração e consequentemente adequação do orçamento da despesa.

Art. 16 – Na execução do orçamento verificando que o comportamento da receita poderá afetar o equilíbrio das contas públicas, os poderes legislativo e executivo de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação do empenhos no montante necessário para as seguintes despesas abaixo:

I – eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores

II – eliminação de despesas com horas extras;

III – redução de 20% (vinte por cento) dos gastos com combustível para frota de veículos das secretarias;

IV – Redução dos investimentos programados.

Art. 17 – Não poderão ser destinados recursos para atender as despesas com ações que não sejam de competência exclusiva do Município.

Art. 18 – É vedada a inclusão na Lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação.

Art. 19 – os projetos de Lei relativos a créditos adicionais serão apresentados com o detalhamento estabelecido na Lei orçamentária.

§1º - Acompanharão os projetos de Lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades e dos projetos.

§2º - Cada projeto de Lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

§3º - Os créditos adicionais destinados as despesas com pessoal encargos sociais serão remetidos ao poder legislativo municipal por intermédio de projetos de Lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.

Art. 20 – a expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não excederão, no exercício de 2003, a 5% da RCL apurada no exercício de 2002.

Art. 21 – O orçamento para o exercício de 2003, de cada um das unidades gestoras contemplará recursos a reserva de contingência, limitados a 10% (dez por cento) da receita corrente líquida prevista, destinadas a tender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo único para efeito desta lei entende-se como eventos fiscais imprevistos, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da administração pública municipal não orçada ou orçada a menor.

Art. 22 – Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 23 – Para atender o disposto na lei de responsabilidade fiscal o poder executivo incumbir-se-á do seguinte:

I – estabelecer Programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso;

II – publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento do bimestre, relatório resumido da Execução Orçamentária;

III – O poder executivo emitirá ao final de cada quadrimestre, relatório de gestão fiscal, avaliando o cumprimento das metas fiscais, em audiência pública, perante a câmara de vereadores;

IV – Os plano, LDO, Orçamentos, Prestação de Contas, Parecer do TCE serão amplamente divulgados e ficarão à disposição da comunidade.

Art. 24 – Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de créditos e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa.

§1º - Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, não serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais.

§2º - Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão se utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos suplementar ou especial.

Art. 25 – A transferência de recursos do tesouro municipal a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial recreativo, esportivo e de cooperação técnica.

Parágrafo único – não se aplica o disposto neste artigo, as contribuições estatutárias devidas as entidades municipalistas, e que o municipio for associado.

Art. 26 nenhum projeto novo podera ser incluído no orçamento, sem antes Ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapas de obras em andamento e para a conservação do patrimonio publico, salvo os projetos programados com recursos de convênios e operações de credito.

Art. 27 – Despesas de custeio de competência de outros entes da federação só serão assumidos pela administração municipal quando firmados por convenios acordos ou ajuste e previstos recursos na lei orçamentária.

Art. 28 – a previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçados para 2003 a preços correntes.

Art. 29 – O poder executivo é autorizado, nos termos da constituição federal a:

I – Realizar operações de crédito por antecipação de receita, nos termos da legislação em vigor;

II – Realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III – Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 50% do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

CAPITULO IV

DAS DIPOSIÇÕES RELATIVAS À DIVIDA PUBLICA MINICIPAL

Art. 30 – O poder executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá a seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a serem incluídas na proposta junto ao Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos setores sociais Básicos – PMAT, ou programa nacional e apoio a administração fiscal para os municípios brasileiro – PNAFM, e/ou outros que vierem a ser disponibilizados.

Art. 31 – obedecidos os limites estabelecidos em ei complementar federal, o município poderá realizar operações de credito ao longo do exercício de 2003, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento.

Art. 32 – As operações de credito deverão constar da proposta orçamentária e autorizar por lei específica.

Art. 33 – A verificação dos limites da divida publicas serão feitas na forma e nos prazos estabelecidos da lei de responsabilidade fiscal.

CAPITULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS AS DESPESAS DO MUNICIPIO COM O PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS.

Art. 34 – O executivo municipal, mediante lei autorizativa, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovados em concurso publico ou em carater temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da lei de responsabilidades fiscal, a que se refere o art. 169 da constituição federal.

Parágrafo único – os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art 35 – a despesa total com pessoal dos poderes executivo e legislativo não excederá em percentual da receita corrente líquida, a despesa verificada no exercício de 2000, acrescida de 6% obedecido os limites prudências de 51,30 e 5,70% da receita corrente líquida, respectivamente.

Art. 36 – nos casos de necessidade temporária de excepcional interesse público devidamente justificado pela autoridade competente, a administração municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20 III da lei responsabilidade fiscal.

Art. 37 – O executivo municipal adotará as seguintes medidas pra reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na lei de responsabilidade fiscal.

- I – eliminação de vantagens concedidas aos sevidores;
- II – eliminação de despesas com horas extras;
- III – exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 38 – Os contratos de terceirização de mão de obra que se referirem a substituição de servidores públicos, serão contabilizados como outras despesas de pessoal.

Parágrafo único – para efeito no disposto no artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividade ou funções constantes do Plano de Cargos da administração municipal de Alvorada do Gurguéia e que não envolva a utilização de materiais ou equipamento de propriedade do contrato ou de terceiros.

Art. 39 – A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida da lei de responsabilidade fiscal.

CAPITULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 40 – O executivo municipal autorizado em lei poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentado estudos do seu impacto orçamentário financeiro e atender ao disposto no art. 14 da lei de responsabilidade fiscal.

Art. 41 – os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante art. 14 da lei de responsabilidade fiscal.

Art. 42 – a lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária ou financeira somente entrará em vigor após anulação de despesas em valor equivalente, caso produzam impacto financeiro no mesmo exercício.

CAPITULO VII

DAS DISPOSIÇÕES

Art. 43 – Caso seja necessário a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da motivação financeira, essa será de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de despesas com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, diversas despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, paralização temporária de atividades caracterizadas como não essenciais; reavaliação da distribuição das cotas mensais do orçamento em cada órgão: reanálise dos custos de cada ação orçamentária em execução e seleção de prioridades a serem efetuadas até o fim do exercício.

§1º na hipótese de ocorrência dos dispostos no caput deste artigo, o chefe do poder executivo municipal comunicará ao poder legislativo o montante que caberá a cada um tomar indisponível para o empenho e movimentação financeira.

§2º O chefe do poder executivo municipal, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo poder terá como limite de movimentação e empenho.

Art. 44 – O poder Executivo deverá elaborar e publicar até 30 dias após a publicação da lei orçamentária de 2003 a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Art. 45 – São vedados quaisquer procedimentos que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

§ Parágrafo único – A contabilidade registrará os atos e fatos relacionados à gestão orçamentária financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivados da inobservância do capítulo deste artigo.

Art. 46 – O poder executivo poderá firmar convênio com outras esferas de governo para desenvolver programas nas áreas de educação, cultural, saúde, assistência social, transporte, obras, habitação, urbanismo, saneamento, agricultura, turismo, desenvolvimento, econômico, segurança pública, assistência e previdência.

Art. 47 – O montante das despesas não deverá ser superior as das receitas.

Art. 48 – O município aplicará 30% (trinta por cento) de sua receita resultante de impostos, conforme dispõe o art. 233 da constituição estadual, propriamente na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e pré-escolar.

Parágrafo único – A aplicação dos recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e da valorização do magistério obedecerá ao disposto na emenda constitucional nº 14/96 e a lei nº 9.924/96.

Art. 49 – A estrutura do orçamento anual obedecerá a estrutura organizacional aprovada por decreto, acrescida dos fundos especiais criados por lei, que recebem recursos do tesouro municipal e transferências intergovernamentais.

Art. 50 – Ocorrendo Assistência pela união prevista no art. 64 da lei de responsabilidade fiscal, o município deverá se estruturar – até o exercício de 2005 obrigatoriamente, encaminhar junto com lei de diretrizes orçamentárias, o anexo de metas fiscais para o triênio seguinte e o anexo de riscos fiscais na forma prevista na lei de responsabilidade fiscal.

Art. 51 – O executivo municipal enviará até o dia 30 de setembro de 2002 a proposta orçamentária a câmara municipal, que a apreciará e a devolverá para sanção até o final da sessão legislativa.

§1º - A câmara municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

§2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2003, fica o executivo municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrências, do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder executivo, usado como fontes de recursos o superávit financeiro do exercício de 2002, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e reserva de contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 52 – serão consideradas legais despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa.

Art. 53 – Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser abertos no exercício subsequente por ato do chefe do poder executivo.

Art. 54 – esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Município de Alvorada do Gurguéia – PI 16 de agosto de 2002.

LUIS RIBEIRO MARTINS
Prefeito Municipal

Esta lei foi sancionada aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de 2002

TONY CARLOS CARNEIRO DOS SANTOS
Chefe de Gabinete